

# **A CIDADE COMO CIRCUITO DE PODER E DESIGUALDADES**

Internacionalização, financeirização e empresariamento urbano

**Charles Henrique Voos (FGG)**

**Vanessa Marx (PPGS/UFRGS)**

## **RESUMO GERAL**

Esta Sessão Livre expõe, como hipótese central, que a (re)produção do espaço urbano, enquanto fruto das relações humanas e dentro de um contexto tipicamente capitalista, apresenta-se como um circuito que visa a manutenção de poder de determinados grupos, por meio da intensificação de diferentes desigualdades sociais, considerando os altos índices de problemas urbanos enfrentados socialmente e elencados dentro do debate acadêmico. E, frente a tal intenção, o capital sempre busca novas formas de acumulação e expansão, mirando as cidades como as suas principais fontes de recursos.

Esse cenário está em evidência em todos os contextos urbanos, independentemente da escala de análise, impactando diretamente das cidades-globais às menores, já que, durante o século XXI, graças à explosão da globalização, o capital tornou-se extremamente financeirizado, internacionalizado e submetido às lógicas dos agentes que comandam os campos, cujos interesses são materializados no espaço urbano, em processos promovidos junto às estruturas estatais, como, por exemplo, a gentrificação (fenômeno apontado por Neil Smith ainda nos anos 1980), o empresariamento urbano (que culminou no surgimento dos megaprojetos e megaprojetos em países do capitalismo tardio) entre outros. Realinhamentos conservadores perante as novas formas de governança urbana, sobretudo aquelas de iniciativas populares ou de resistências, encontrando, portanto, novas fronteiras para a expansão da renda auferida a partir da terra urbana e maneiras de modelar as cidades conforme os interesses de minorias dominantes e politicamente orgânicas.

Por outro lado, a sessão também é consonante com a proposta do evento, a qual lembra que “para o bem ou para o mal, no decurso do tempo, tudo está em transformação”, bem como sobre o “tempo de resistir a transformações indesejadas” na direção de “construir projetos utópicos para um novo tempo ou para os novos tempos”. Ela visa, com isso, promover debates sobre as respostas contra-hegemônicas ao avanço do ideário neoliberal globalizante sobre a vida nas cidades ou, ao menos, mostrar caminhos que permitam a ressignificação do tema em prol do “Direito à Cidade”, expressão trazida por Henri Lefebvre há 50 anos e que ainda está distante de ser efetivada. A sessão, em suma, pretende estabelecer alguns desses porquês.

Dentro disso, esta sessão almeja a) apontar quais poderiam ser os agentes sociais responsáveis pela dinâmica mencionada, seus interesses e estratégias; b) questionar o modo como as cidades estão se inserindo nesse contexto e os impactos diretos aos cidadãos, comparando a experiência brasileira a outras práticas globais; c) debater a realidade das cidades brasileiras, especialmente das metrópoles, grandes e médios aglomerados urbanos quanto às formas de governança estabelecidas e as disputas com o capital organizado; d) verificar como esse circuito influencia a capacidade intergeracional de ascensão social, dadas as intrínsecas desigualdades urbanas e a manutenção de poder de determinados grupos por meio do controle do uso do solo; e) examinar como as vias institucionais de participação legalmente estabelecidas respondem à conjuntura e f) destacar novas agendas de pesquisa e possibilidades de construção social.

## **A CIDADE COMO CIRCUITO DE PODER E DESIGUALDADES: rent-seeking urbano e realinhamentos conservadores do século XXI**

Charles Henrique Voos (FGG)

As cidades do Sul Global, especialmente as brasileiras, passam pela acentuação dos mesmos problemas visíveis há décadas na região. As desigualdades são problemas estruturais e que se materializam no espaço urbano, por meio da ação de vários agentes sociais que enxergam na cidade uma oportunidade de renda, sobretudo nos atuais contextos globais e financeirizados. Como iremos demonstrar, por mais que todos os instrumentos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, lei federal criada em 2001, entrem em cena, alguns grupos utilizam-se de estratégias e de interesses convergentes para cercear a população, inclusive como projeto de dominação de classe e manutenção dos atuais níveis de desigualdade. Esta comunicação, com isso, consiste em mostrar quais são esses grupos, como eles agem e quais são estas estratégias e, ainda, afirmar como o controle da organização das cidades, em roupagem conservadora, interfere diretamente na reprodução social, a ponto de ser um dos principais determinantes na capacidade de mobilidade social e de melhoria da qualidade de vida da grande maioria. E, por fim, visa ampliar a visão sobre a questão da “especulação imobiliária” que, de forma genérica, vem sendo utilizada como recurso para explicar os atuais problemas urbanos brasileiros.

## **“VAMOS AO QUE INTERESSA”: como os promotores imobiliários moldaram a institucionalização do Minha Casa Minha Vida**

Anthony Boanada-Fuchs (St.Gallen Institute of Management in Latin  
America)

O paradigma estabelecido defende o maior envolvimento de outros atores não-públicos na entrega de bens básicos, como a moradia. No Brasil, esse paradigma é claramente visto no lançamento do programa habitacional Minha Casa Minha Vida mas, ao mesmo tempo, está ligado às tentativas do Estado, em uma forma neo-keynesiana, de combater os

efeitos negativos da crise financeira global. Pretende-se, com esta contribuição, criar um panorama para retrair e entender o envolvimento dos promotores imobiliários neste programa habitacional. Com a combinação da revisão da literatura relevante, materiais coletados na mídia e entrevistas com os agentes envolvidos, é possível apontar para as múltiplas atividades dos grandes promotores, abrangendo desde a concepção da política até as emendas regulatórias. Os canais de comunicação subjacentes têm sido, em grande parte, informais ou, na melhor das hipóteses, institucionalizados como prática, mas não oficialmente regularizados. A falta de gestão democrática e prestação de contas nestes canais permitiu uma institucionalização tendenciosa, garantindo margens de lucro e condições preferenciais para os promotores, em detrimento das necessidades do país e da sociedade em geral. Consequentemente, esta comunicação lança luz sobre a economia política subjacente ao paradigma neoliberal e fornece evidências empíricas sobre as limitações práticas permissivas para que os mercados funcionem.

## **(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AVANÇO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS EM CIDADES DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL: a experiência de Macapá – Amapá**

Eliane Cabral (UNIFAP)

A discussão dá ênfase aos aspectos recentes da urbanização de Macapá, capital do estado do Amapá – localizada na Amazônia Setentrional brasileira. A história de Macapá mostra que o seu crescimento urbano foi consequência de projetos inseridos no Amapá depois que foi elevado à categoria de Território Federal, em 1943. Desse período até 2005, ocorreram várias políticas e ações de ocupação do território realizadas ou incentivadas pelo Estado, atraindo atividades econômicas e indivíduos de outros lugares, com consequências diretas no crescimento da capital. Entretanto, seu processo mais recente de urbanização apresenta diferenças significativas no que refere aos agentes, às formas e conteúdos urbanos predominantes, quando comparado ao processo vigente até 2005. Destaca-se, nesse sentido, o fortalecimento do mercado imobiliário como agente promotor da expansão urbana, os loteamentos murados e condomínios fechados como principal produto desse setor e o enfraquecimento do Estado como agente na produção do espaço urbano. Aspectos que indicam novas formas sob as quais o capital passa a aplicar os seus excedentes nessa parcela do Norte do Brasil, com objetivo de garantir o processo mais geral de acumulação evidenciando, na região, o urbano como mais um dos motores da acumulação do capital.

## **PLANEJAMENTO URBANO NOS NOVOS CIRCUITOS DO CAPITAL: regulação ambígua e segregação socioespacial na região metropolitana de Campinas**

Sidney Piochi Bernardini (Unicamp)

As mudanças estruturais que ocorreram no mundo, principalmente a partir dos anos 1970, vinculadas à crise do petróleo e do padrão de regulação do sistema monetário

internacional baseado no modelo Bretton Woods, e que alguns autores marcarão como o início da terceira revolução industrial, apontam também para a expansão da ideologia neoliberal, reconduzindo o papel dos Estados na economia globalizada. Um dos aspectos destas mudanças é o novo arranjo dos circuitos produtivos conforme apontou David Harvey no livro *O novo Imperialismo*, publicado no Brasil em 2004. Os efeitos destes arranjos passam por uma transferência do capital produtivo em outros circuitos que incluem as operações financeiras e imobiliárias e investimentos no chamado ambiente construído. A Região Metropolitana de Campinas, instituída no início dos anos 2000 possui especificidades que demonstram a sua inserção neste novo momento do capitalismo tardio, passando por um processo de industrialização tardia, já nos anos 1970, e a expansão do capital imobiliário com a profusão de condomínios horizontais e loteamentos fechados que vêm caracterizando a formação do tecido intraurbano desta Região. Este trabalho tem como intuito apresentar como os aparatos institucionais de planejamento urbano estabelecidos pelos municípios pertencentes a esta Região colaboraram para a condução deste fenômeno.

## INTERNACIONALIZAÇÃO E DIREITO À CIDADE NO 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE

Vanessa Marx (UFRGS)

A dialética entre os avanços da internacionalização e as dinâmicas locais por reconhecimento de direitos estão presentes de forma mais visível em algumas cidades do Brasil. A globalização e as novas tecnologias mudaram a forma como as cidades se relacionam com os atores do sistema internacional e com os agentes locais, cada vez mais interconectados através das redes. A ação internacional das cidades e seu reconhecimento neste contexto as tornam atores políticos que promovem seu território e conseguem captar recursos com o apoio do Estado-Nação, em alguns momentos criando regimes de exceção para atração de investimentos estrangeiros, como no caso dos megaeventos ou para projetos pontuais como o caso da rede de cidades resilientes. Por outro lado, o ativismo urbano, como forma de reivindicação de movimentos sociais que lutam pela moradia, coloca em evidencia a exclusão promovida pelo sistema da globalização neoliberal. A presente comunicação busca demonstrar as relações complexas e contraditórias que se estabelecem no 4º distrito, na cidade de Porto Alegre, região que está sendo visada pelas agências internacionais para a revitalização urbana, através de parcerias público-privadas e que por outro lado possui zonas de pobreza, ocupações para moradia e atores que estão sendo excluídos deste processo.